

O CAMINHO DA AÇÃO ENTRE O PADRÃO E A GAMBIARRA

A partir do espaço opaco da Feira de São Joaquim, Salvador-BA, e da cultura do candomblé ali presente, discute-se a crise generalizada no mundo contemporâneo no que refere à aplicação dos modelos padronizados de intervenção urbana, criados nos espaços luminosos, que procuram não transformar as riquezas culturais encontradas nesses lugares de resistência, mas que terminam sempre por retirar delas sua potência criadora. Indaga-se quais são os caminhos de ação possíveis para essas formas de intervenção.

Gambiarra: processo de construção de coisas que pressupõe um estado de precariedade, de falta, e uma conseqüente ação de adaptação à esse estado, na base do improviso. Faz-se o que se pode com o que se tem. Esse processo de criação gera uma ética e uma estética comum às situações de informalidade, marginalidade e pobreza – o improviso cria instalações elétricas e de televisão a cabo na base do “gato”, cria creches nas casas das vizinhas, cria atenção a saúde mental e física em terreiros de candomblé e igrejas pentecostais, cria segurança com milícias urbanas, cria o “jeitinho brasileiro”. A gambiarra é uma ética e uma estética marcante nos espaços opacos.

Padrão: processo de construção de coisas que pressupõe a ação da racionalidade, e uma conseqüente adaptação ao estado do tempo e do espaço, feita de forma ordenada e repetitiva, estabelecida por diretrizes que por sua vez seguem normas e regras previamente definidas por saberes já reconhecidos – a racionalidade da padronização cria a civilidade e o direito a termos os mesmos direitos, apesar das diferenças; cria a norma para o trabalho; permite a industrialização global da produção; cria mais eficiência nos processos, que por sua vez permite a contínua aceleração da repetição desses mesmos processos. A racionalidade presente no padrão gera uma ética e uma estética comum às situações de formalidade, de centralidade e de riqueza dos poderes hegemônicos estabelecidos; o padrão é uma ética e uma estética marcante nos espaços luminosos.

O candomblé na Feira de São Joaquim: espaço opaco e de ação de resistência

O candomblé é uma religião que estende sua cultura para muito além do tempo e do espaço [t/e] dos terreiros e dos corpos de seus participantes. Por causa do *asê*¹, conceito fundamental da religião, muitos sujeitos e objetos que no cotidiano dos

“outros” são vistos como fragmentos soltos e sem conexão, no candomblé, eles se agenciam. Assim, por causa do asé presente num cruzamento de ruas faz-se uma conexão com a riqueza dos mercado, ao asé de certas pessoas conecta-se certas plantas, certas situações e certos animais e... um fragmento engendra-se no outro criando uma multiplicidade de sentidos e matérias, relações que podem ser infinitamente territorializadas

Para aqueles que não são agenciados em seus fluxos², fica difícil entender essas relações de afetos e desafetos (quizilas) por árvores, pedreiras, águas de chuva ou certas esquinas, mas mesmo quando não se compartilha dessas produções de sentidos, percebe-se que ali, na materialidade desses fragmentos do candomblé, algo existe.

Esse algo, no caso dos mercados é o asé de Exú, cuja narrativa mitológica fala:

Exú faz o erro virar acerto e o acerto virar erro.
Quando sentado sua cabeça bate no teto;
de pé, não atinge sequer a altura do fogareiro.
Exú transporta numa peneira o azeite que
comprou no mercado e o azeite não escorre
dessa estranha vasilha.
Matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje.
Quando zangado pisa na pedra e ela sangra
Oriki para Exú (Verger, Os orixás)

Exú é talvez a mais controversa divindade do candomblé e muitos são os equívocos em relação a sua figura. No senso comum a divindade é vista como o diabo judaico-cristão: figura da maldade absoluta, discórdia e perversidade. Para Pierre Verger a divindade “tem um caráter suscetível, violento, irascível, astucioso, grosseiro, vaidoso, indecente [e por isso] os primeiros missionários, espantados com tal conjunto, assimilaram-no ao Diabo e fizeram dele o símbolo de tudo o que é maldade, perversidade, abjeção e ódio, em oposição à bondade, pureza, elevação e amor de Deus” (Verger, 1999: 119).

Entretanto, a maldade não é o que confere à Exú seu poder maior, mas sim, o dom da comunicação. Exú é por princípio, um fluxo, puro movimento, contínua transformação. Por isso ele é o guardião dos caminhos e das encruzilhadas e sem ele nada circula, por isso ele é o dono do mercado. Sem ele não existem trocas de informação, de conhecimento, de àse, de mercadorias. Só com Exú os seres humanos e todas as divindades podem comunicar entre si, ele é o mensageiro que fala todas as línguas e que pode caminhar entre todos os diferentes tempos e espaços, entre a terra – o Ayê, e o mundo dos deuses – o Orum.

Exú, assim como todas as formas divinas no candomblé, segue o princípio da reciprocidade. Ao ser lembrado e alimentado, oferece a amizade e a proteção, quando esquecido fecha as possibilidades de boa fortuna ou faz com que dissabores entrem no caminho daquele que o esqueceu. Portanto, ele, em suas múltiplas faces (Exu-Elegbá ou Exu-Elegbará e seus possíveis derivados: Exu-Bará ou Exu-Ibará, Exu-Alaketo, Exu-Laalu, Exu-Jeto, Exu-Akessan, Exu-Loná, Exu-Agbô, Exu-Larôye, Exu-Inan, Exu-Odora, Exu-Tiriri); com sua percepção do contrário ou das diferenças, mostrando sempre que existe o outro lado ou outros pontos de vista para uma mesma questão; com sua ambiguidade e seus conflitos- só pode espalhar seu àsé naqueles lugares em que é “alimentado”. E um desses lugares, com certeza, é a Feira de São Joaquim, em Salvador-BA.

Ali ele se faz mais do que presente, ali ele é o dono do mercado. Um mercado constituído dentro de um espaço opaco, [t/e] onde a modernização, que dita o regime dos processos de padronização para as políticas públicas, para os meios de produção, circulação de mercadorias e de geração de trabalho e renda ficam bem à margem, permitindo que os feirantes e os usuários da feira participem desses processos somente enquanto trabalhadores de baixa qualificação, consumidores de baixa renda, desempregados ou marginais.

De acordo com uma pesquisa realizada para a Prefeitura Municipal de Salvador através da Secretaria Municipal de Abastecimento em 1980, constatou-se que:

- em relação à escolaridade apenas 18% dos feirantes possuíam o 1º e o 2º graus completos, destes últimos, a maior parcela correspondendo ao 1º grau; 35,86% dos entrevistados eram analfabetos, ou semi-analfabetos;
- aproximadamente 4% da população da feira ganhavam acima de dez salários mínimos, enquanto 60,64% recebiam até três salários mínimos. A renda pessoal média dos comerciantes da Feira de São Joaquim era de 3,35 salários mínimos, entre eles, 84,26% possuíam a renda do ponto comercial como única fonte. Na população da Feira, a quantidade média de dependentes por família era de 6,6. Entre os dependentes, 60% estavam em idade escolar (pré, 1º e 2º graus). Além disso, 85% do número total de dependentes não trabalhavam. Apenas 14,73% estavam exercendo atividade remunerada, contribuindo para o aumento da renda familiar;
- tratando-se de uma população de baixa renda, o transporte mais utilizado no trajeto residência-feira era o ônibus, seguido do carro próprio e, por fim o trem aparece como a opção de transporte menos utilizada. A maioria dos comerciantes da Feira residia, com um percentual de 96,79% em bairros de baixo poder aquisitivo. Sendo que destes: 33,52% residiam nas proximidades da Feira, a exemplo dos bairros da Liberdade, Itapagipe, Uruguai, Jardim Cruzeiro e Calçada;

- 70,60% da população usuária da Feira não possuía o 1º grau completo e os motivos indicados para a frequência eram: 54,35% escolhiam-na por apresentar preço mais acessível, 21% consideravam a diversificação dos produtos e 4% alegavam a proximidade da casa (Rios e Lima, 1989).

Passados todos esses anos, ao andar pela Feira, percebe-se que muito pouco sobre essas estatísticas deve ter mudado. Aliás, desde o início da mesma, as coisas não mudaram muito. A história desse lugar é mais ou menos essa: entre 1920 a 1930, fez-se a Feira do Sete, localizada ao lado do sétimo armazém da Companhia das Docas do Estado da Bahia-Codeba (hoje área da Polícia Federal, em frente ao Moinho Salvador). Por ali chegavam os coloridos saveiros que abundavam as águas do Recôncavo Baiano, trazendo diversos produtos para serem descarregados nos trapiches da enseada, naquelas verdadeiras ‘águas de ganho’ para os pobres da Bahia. Ali ganhava-se a vida descarregando de um tudo: farinha, cerâmica, cestos, rapadura, frutas...e também mercando-se de um tudo.

A prefeitura, já na época, tentava controlar esse espaço opaco não permitindo que os pontos tornassem-se fixos, mas com o tempo a feira cresceu tomando uma grande área e não havia mais como remover constantemente aquele uso. Com o prolongamento do cais das Docas, em 1932 a Feira teve que se mudar para a Enseada de Água de Meninos, aumentando consideravelmente o seu tamanho.

Essa é a feira de Água de Meninos, onde medra a floresta de mastros de saveiros, carregados de coisas de terra e do mar, com seus ruídos característicos, suas briga de mulheres, pregões, barulhos, zumbido, mau-cheiro, roncões de porcos, latidos de cães, vozes de papagaios e risos da gente de Salvador da Bahia e do Senhor do Bonfim. (Na feira baiana de água de meninos há todas as cores, vozes e ruídos”. Folha da Manhã, 1 de julho de 1954).

Passados alguns anos a mesma “desapareceu na voragem de um incêndio, para a infelicidade dos barraqueiros, e a felicidade do urbanismo da nossa cidade da Bahia” (Meirelles, 1973). Isso porque esse lugar ainda era considerado muito próximo ao centro comercial da cidade que se expandia e incomodava pela sua sujeira, pelas “crendices”, pelo aspecto de atraso que trazia à cidade. Daí que, se por bem a Feira não saía... numa manhã de sábado, ano de 1964 – o ano do Golpe, ano de Glauber Rocha e de seu filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol” – houve um grande incêndio, cujas causas nunca foram esclarecidas. Os rumores sobre a transferência da Feira da Cidade Baixa para a Enseada de São Joaquim já existiam e já haviam sido narrados no filme *A Grande Feira*, em 1961. Assim, depois de tudo queimado-de mercadorias a vidas, a Feira mudou-se, uma tristeza narrada na música:

Na minha terra, a Bahia. Entre o mar e a poesia. Tem um porto, Salvador
As ladeiras da cidade. Descem das nuvens pro mar. E num tempo que passou
- ô ô ô
Toda a cidade descia. Vinha pra feira comprar.

Água de Meninos, quero morar. Quero rede e tangerina. Quero o peixe desse mar
 Quero o vento dessa praia. Quero azul, quero ficar. Com a moça que chegou.
 Vestida de rendas, ô. Vinda de Taperoá.
 Por cima da feira, as nuvens. Atrás da feira, a cidade. Na frente da feira o mar.
 Atrás do mar, a marinha. Atrás da marinha, o moinho. Atrás do moinho o governo.
 Que quis a feira acabar.
 Dentro da feira, o povo. Dentro do povo, a moça. Dentro da moça, a noiva.
 Vestida de rendas, ô. Abre a roda pra sambar.
 Moinho da Bahia queimou. Queimou, deixa queimar. Abre a roda pra sambar.
 A feira nem bem sabia. Se ía pro mar ou subia. E nem o povo queria.
 Escolher outro lugar. Enquanto a feira não via. A hora de se mudar.
 Tocaram fogo na feira. Ai, que dia, mi'a sinhá.
 Pra onde correu o povo . Pra onde correu a moça
 Vinda de Taperoá?...
 Água de Meninos chorou.
 Caranguejo correu pra lama. Saveiro ficou na costa. A moringa rebentou
 Dos olhos do barraqueiro
 Muita água derramou
 Água de Meninos acabou
 Quem ficou foi a saudade
 Da noiva dentro da moça. Vinda de Itaperoá. Vestida de rendas, ô.
 Abre a roda pra sambar
 Moinho da Bahia queimou. Queimou, deixa queimar
 Abre a roda pra sambar
 Pra sambar... pra sambar...

(Água de Meninos, composição: Capinam e Gilberto Gil)

Depois do incêndio a Feira ficou num ponto mais afastado do Centro, passou a ser chamada de Feira de São Joaquim e ocupou uma área, cujo termo de cessão foi assinado pelas Docas, pela Prefeitura Municipal de Salvador e o pelo Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da Cidade do Salvador para um período de 31 anos. A administração ficou sob a tutela do sindicato e hoje a Feira ocupa, aproximadamente, 34 mil m² e dá trabalho e renda para umas 7 mil pessoas – feirantes, ambulantes, carregadores, meliantes, prostitutas e crianças. Ali há de tudo, lugar de toda riqueza e toda pobreza, do negócio honesto e do mundo oculto das atividades clandestinas e marginais, lugar de transgressões e de convivência pacífica.

Ali é a casa de Exú que continua inserida nos espaços opacos da sociedade soteropolitana. A pobreza do lugar ainda é marcada pela classe social e renda da maioria dos seus feirantes e usuários, pela ocupação informal das barracas, pela irregularidade da situação fundiária desde o ano de 1995 (quando expirou o contrato de cessão da área), pela sujeira e pela insalubridade, pelas mazelas sociais e pela gambiarra.

Na Feira tudo parece ser uma adaptação à situação de precariedade e informalidade. Os feirantes inventam múltiplas composições com suas mercadorias, cada qual de um jeito, de acordo com o espaço que possui – de uma loja grande de artigos religiosos à um carrinho de mão com frutas. Penduram ou estendem carnes,

temperos, cerâmicas, cestarias. Cada uma das 2 mil lojas e bancas é diferente, no tamanho, no material de construção, na arrumação; umas são bem montadas, outras são pequenos cubículos com pouco mais de 1 metro de largura ou simples banquinhas ou lona estendida no chão. As coberturas da Feira: telhado de cimento-amianto novos e outros tantos furados, lajes de concreto, lonas de diferentes cores, palhas trançadas. Os pisos são de lama, de mosaico de pedras, de madeira dos caixotes de frutas, de cerâmica, cimento queimado. As paredes são de inúmeras cores, limpas e sujas, brancas e coloridas. As pessoas são muitas, muitas negras e poucos brancos, muitos pobres e poucos ricos, entre eles os turistas que ou fecham a cara com nojo da sujeira ou ficam “enebriados” pela quantidade de informação e esses tiram foto, foto, foto... pessoas comem em pé ou sentadas em balcões, mesas, caixotes; cada um coloca sua própria trilha sonora; cada feirante “canta” sua mercadoria inventando um bordão ou uma promoção; os homens cansados tiram cochilos pelos cantos ou deitados nos carrinhos de mão; as crianças brincam, trabalham e seguem quem lhes dá atenção; os cheiros bons e ruins se espalham; a caminhada é cheia de atalhos e labirintos e no meio daquilo tudo o candomblé, tudo ali serve e alimenta o asé da religião: bichos, carnes, potes, mel, raízes. E, principalmente os saberes: ali se conhece, ali tem-se a cultura, ali há a produção dos sentidos e das matérias necessários à elaboração dos fluxos da religião. Ali reconhece-se quem entende ou não de candomblé apenas pela lista de compras, pelo gesto do corpo, pelo jeito de perguntar por uma mercadoria. Ali sabe-se muito.

E é dessa gambiarra e do asé de Exú que vem a riqueza desse lugar, desse vivido. Esse espaço opaco contém mil luzes, cores, sons e cheiros; contém saberes de uma cultura cujas matrizes estão na África colonial. Cada ida à Feira é uma riquíssima experiência. E é por causa dessa riqueza (gerada na gambiarra) que se justificam os desejos de transformação desse espaço.

As intervenções urbanas: os espaços luminosos e as ações civilizatórias

Os espaços luminosos são aqueles bem servidos pelas políticas públicas e privadas, pelas redes informacionais, pela infra-estrutura urbana. A partir desses espaços é que a elite se cria e passa a ditar as regras para todo o resto da sociedade, projetando modelos padronizados a partir de seus referenciais materiais e de sentido, modelos esses que “devem” ser repetidos por toda sociedade, apesar de todas as diferenças. Assim existe o padrão para a educação, para o trato com a saúde, para a construção e ocupação dos espaços, para a produção e consumo de bens. É o uso desses padrões que tornam a sociedade civilizada; que permite a multidão conviver fora de

um estado de barbárie; que permite um entendimento social do que vem a ser justo ou não e, é por causa disso que muitas intervenções são justificadas.

O padrão é a forma marcante de intervenção dos espaços luminosos (apesar de o tempo todo estarmos tropeçando em gambiarras escondidas) e essa forma é sempre trabalhada para ser considerada justa (mesmo quando ela é uma guerra). É por isso, por ser justo, que esse modo de intervir, inventado nos espaços luminosos centrais é repetido de forma cada vez mais acelerada e sem freios por todos os outros espaços luminosos periféricos para o “melhoramento” dos espaços opacos. Os melhoramentos sempre foram as ações civilizatórias ditadas pelos padrões das elites dos espaços luminosos e são sempre justificadas por serem ações justas. É justo dar condições de higiene, é justo reconhecer os valores culturais, é justo regularizar a situação fundiária dos espaços informais; não existem argumentos que neguem ‘o justo’ nessas ações.

É por isso que ninguém nega o “justo” de algumas intervenções urbanas propostas para a Feira de São Joaquim, como a proposta em 1994, quando foi detectada na região da Feira um foco de leptospirose, sendo o ambiente considerado propício à cólera. Na época se propôs o saneamento básico, a realização de um programa de educação sanitário-ambiental, a construção de sanitários públicos (os que existem hoje foram construídos pelo Sindicato), a recuperação da rede de drenagem sempre obstruída, por causa do lixo no chão e a intensificação da limpeza urbana (PMS, 1994).

Também é justo e desejado o processo do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) de tombamento do local como bem cultural de natureza imaterial, iniciado em 2001 pela Câmara de Vereadores, através da Comissão dos Direitos do Cidadão. Esse processo reconhece toda a riqueza já descrita sobre a Feira e prevê o reordenamento para a requalificação da Feira de São Joaquim e de sua infra-estrutura que desde 1994 continua com os problemas. Tanto é assim que em 2007, como parte das ações que integram o programa de revitalização da Feira de São Joaquim, equipes do Centro de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal da Saúde, fizeram serviços de desratização no conjunto das vias e ruas da feira onde foram colocadas 500 iscas parafinadas e 49 quilos de pó de contato (veneno), distribuídos em caixas de dutos, galerias subterrâneas, trilhas e tocas dos roedores existentes na feira.

Mas o que mais chama a atenção nesse processo de intervenção é a escuta constante de uma fala surgida em diferentes ocasiões e que se encontra também na Carta de São Joaquim, documento retirado de um seminário intitulado “Da feira que queremos a feira que temos”, de 2004. Neste documento reconhece-se a

importância (o justo) de projetos como a revitalização do Comércio, Via Náutica e a ampliação do Porto de Salvador, mas faz um alerta para que as condições precárias de infra-estrutura nas quais a feira se encontra não sirvam de argumento para que o poder público implemente um projeto arquitetônico que priorize exclusivamente os interesses de grandes grupos econômicos, a exemplo do setor de Turismo.

E, principalmente, existe o receio de que uma proposta de intervenção no espaço desemboque na padronização excessiva, descaracterizando o local. A referência a “intervenção sim, padronização não” é uma constante. Os próprios feirantes, que reclamam dos problemas de infra-estrutura são os primeiros a temer a padronização, cientes de que toda requalificação retira a gambiarra, que atua como uma cápsula de proteção para esses territórios de resistência. Mesmo a simples intervenção sanitária – colocar mais banheiros e ligar um sistema de abastecimento de água e esgotos – já eleva o ‘padrão’, já padroniza o local para os fluxos capitalísticos, expulsando aqueles que são mais frágeis.

Segundo Joel Anunciação que há 19 anos trabalha no local e atualmente é presidente do Sindicato do Comércio Varejista Feirante e Ambulante de Salvador (Sindfeira), a feira possui a cesta básica mais barata do Brasil por ter uma diversidade de produtos atendendo a todas as classes sociais. “A tradição e a cultura da cidade se abastecem aqui na Feira de São Joaquim. **Não queremos padronizar, mas manter nossa história.** Na feira ninguém é melhor ou pior, todo mundo é freguês, tanto quem compra como quem pede ou vende, uma verdadeira democracia”, resume ele (Brandão, 2007).

Assim, a Feira que é pobre, mas é rica, quer a intervenção que vem dos espaços luminosos, mas não quer o padrão. A ação civilizatória quer entrar na Feira, mas também não quer destruir sua riqueza cultural.

De acordo com Marco Amigo [presidente Crea/Ba], **a preservação da identidade cultural do espaço é de fundamental importância, no entanto os órgãos competentes devem impor condições de higiene e salubridade para que barraqueiros possam permanecer em São Joaquim.** As perspectivas de intervenção no local visam oferecer segurança e conforto às 7.500 pessoas, entre elas feirantes, ambulantes, carregadores e os mais de dez mil frequentadores diários da feira (CREA, 2007).

Processos esquizofrênicos da contemporaneidade: a luminosidade da gambiarra nos espaços opacos e o opacidade do padrão nos espaços luminosos

De uma forma simples, mas que serve ao nosso pensamento, podemos dizer que a esquizofrenia é uma doença, é uma psicose que desorganiza os processos mentais padronizados, levando o sujeito a organizar suas idéias de uma maneira considerada não-lógica ou irracional. Isso leva o sujeito a ter suas relações de afeto consideradas

como inadequadas, ou seja, a emoção expressada não condiz com o padrão social estabelecido, é uma dificuldade de modular o afeto ou o desafeto de acordo com o contexto.

Desejar a intervenção urbana dos espaços luminosos mas não a padronização porque isso é retirar a riqueza, a multiplicidade das luzes existentes; desejar intervir, retirar a gambiarra mas sem diminuir a riqueza criada por essa situação. Esse é um processo esquizofrênico presente na sociedade contemporânea que gera uma crise de forma generalizada, e não só na Feira de São Joaquim. A questão é: como intervir nos espaços opacos sem retirar dali sua diferença cultural, seu asé local? Deixar de intervir nos espaços opacos e não levar as benesses da modernização é injusto, mas como intervir sem padronizar?

Toda padronização, por menor que seja essa a intenção, retira a pulsão criativa dos espaços, a padronização some com a gambiarra que faz a Feira de São Joaquim ter, em cada metro quadrado, uma luz diferente; uma filtrada pela lona azul a outra pela lona amarela, uma outra pela telha de amianto furada, a outra pela telha de plástico e que essa luz reflita em uma multiplicidade de texturas e cores; madeira, reboco, pedra em azul, branco, verde.

Na arte, em muitos ensaios *poiéticos*, a potência de sentidos e de produção material da gambiarra já foi capturada- na fotografia, na música, na poesia e literatura, mas nas intervenções urbanas não. É como se todas as luzes fossem substituídas por apenas uma, elétrica, fluorescente e de baixo consumo, tornando o espaço luminoso, dotado de infra-estrutura, mas com uma luz triste e opaca.

Isso porque o jogo civilizatório presente nos agenciamentos ligados às ações de intervenção urbana retiram o rato que traz a doença junto com os beijos calorosos; retiram a sujeira junto com o sono no carrinho de mão ou no chão; acabam com os pés para cima do banco, a fala alta, a dança no meio da praça e o Exú no mercado- mas, esquizofrenicamente, ao mesmo tempo que civiliza o espaço retirando suas particularidades, vende alucinadamente essas imagens em seus cartões postais. Milton Santos já apontava esse contexto:

Para os migrantes e para os pobres de um modo geral, o espaço inorgânico é um aliado da ação, a começar pela ação de pensar, enquanto a classe média e os ricos são envolvidos pelas próprias teias, que para seu conforto ajudaram a tecer: as teias de uma racionalidade invasora em todos os arcanos da vida, essas regulamentações, esses caminhos marcados que empobreceram e eliminam a orientação para o futuro. Por isso os espaços "luminosos" da metrópole, espaços da racionalidade é que são de fato os espaços opacos (Santos, 1994.: 85).

O território brasileiro é esquizofrênico, [. . .] porque de um lado, recebendo esses insumos de modernização globalitária, ele se fragmenta, se fragiliza; de outro lado, descobre que esse processo não lhe convém. E talvez lhe falte

descobrir **qual é a lógica mais geral que permita a produção de um discurso novo**. Primeiro acadêmico, quando possível também de mídia, e depois o discurso político (Santos, 1998).

O caminho da ação entre o padrão e a gambiarra: a busca do tempo necessário às transformações espaciais-sociais

A fórmula modelar, padrão, é aceita e desejada porque ‘eleva’, ‘valoriza’ o espaço opaco, modernizando-o, retirando dele as características da precariedade, da informalidade e do gasto do tempo. A padronização também facilita os meios de (re)produção das intervenções por que tem uma lógica industrial, mas ao fim, retira a gambiarra gerando uma pobreza estética e ética que diminui a possibilidade de novas sonoridades, de novos arranjos para o espaço urbano, de novas urbanituras.

Entretanto como escolher entre ter um lugar salubre ou um lugar com vida? Por que, a cada vez que se busca um perde-se o outro? Existe uma outra e nova forma de fazer entre o padrão e a gambiarra? A Feira de São Joaquim pode ser requalificada sem perder sua riqueza cultural?

Essa é uma pergunta ainda sem resposta definitiva, mas algumas pistas começam a surgir, uma delas deixada pelo próprio Milton Santos:

Não se trata de pregar o desconhecimento da modernidade ou uma forma de regresso ao passado, mas de **encontrar as combinações que, segundo as circunstâncias próprias a cada povo, a cada região, a cada lugar, permitam a construção do bem-estar coletivo**. É possível dispor da maior velocidade tecnicamente possível no momento e não utilizá-la. É possível fruir da modernidade nova, atual, sem ser obrigatoriamente o mais veloz. Numa situação em que se combinam técnicas e tempos e velocidades diferentes, sem que um deles obrigatoriamente arraste os demais, se impõem forçosamente soluções políticas que não passem obrigatoriamente pela economia e suas conhecidas paixões inferiores (Santos, 2001).

Não se trata portanto de um “não fazer” como o que vem acontecendo com a Feira de São Joaquim mas sim de um fazer em um tempo necessário, de um tempo que é outro, de um tempo que permita que os afetos e desafetos de um lugar sejam compreendidos (porque senão cairemos novamente na esquizofrenia de intervir de forma inadequada ao contexto); num tempo possível para que os muitos “homens lentos” que vivem nos espaços opacos e os poucos que vivem nos espaços luminosos se encontrem e possam, com tempo e dedicação, aprender um outro caminho, o da ação afetiva e não da ação civilizatória.

A afinidade nasce da escolha [...] A menos que a escolha seja reafirmada diariamente e novas ações continuem a ser empreendidas para confirmá-la, a afinidade vai definhando, murchando e se deteriorando até se desintegrar. A intenção de manter a afinidade viva e saudável prevê uma luta diária e não promete sossego à vigilância. Para nós, os habitantes deste líquido mundo

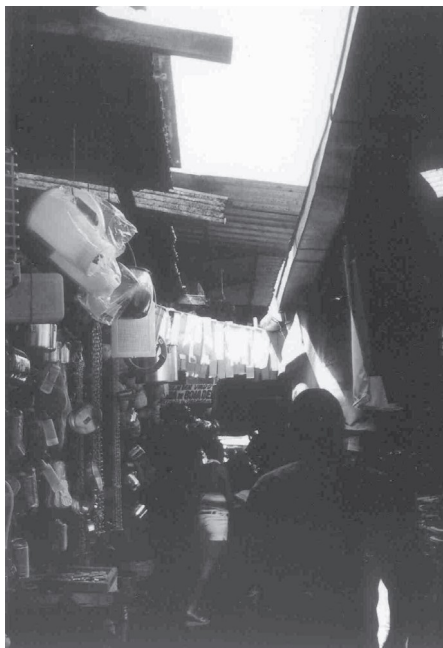
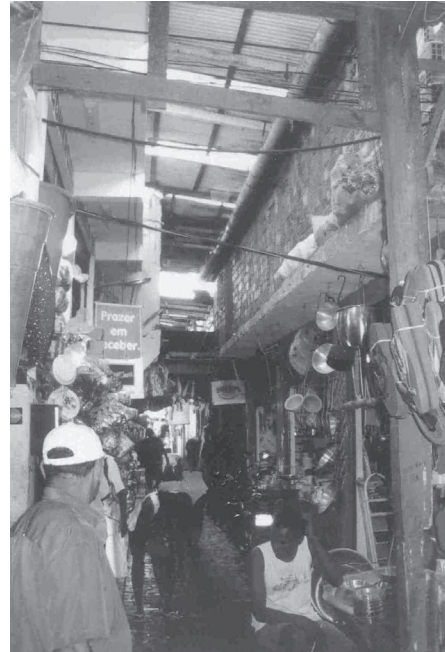
moderno que detesta tudo o que é sólido e durável, tudo que não se ajusta ao uso instantâneo nem permite que se ponha fim ao esforço, tal perspectiva pode ser mais do que aquilo que estamos dispostos a exigir numa barganha (Bauman, 2004: 46) .

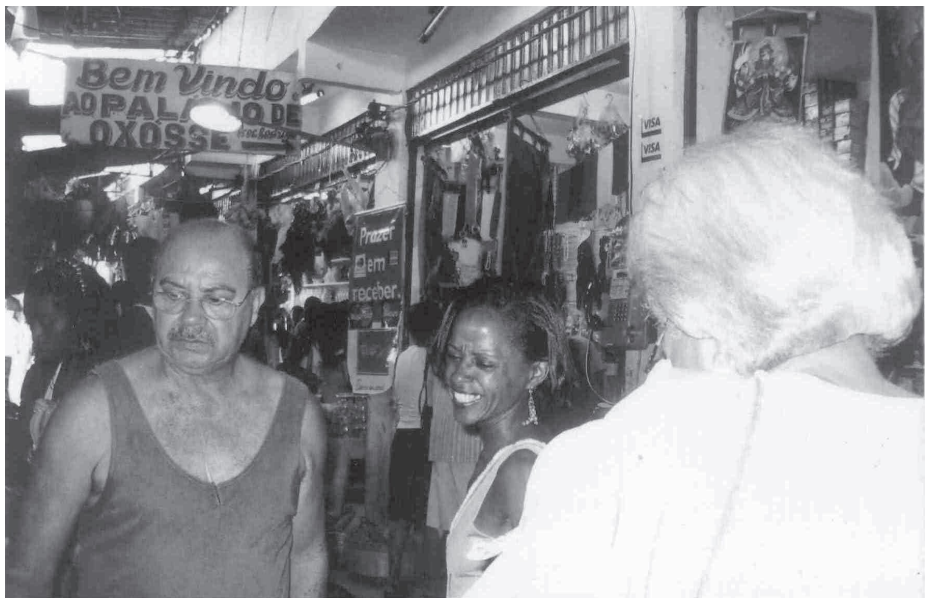
Mas é preciso tentar. E como se aprende com o mundo do terreiro, o àsê ou os segredos da vida devem ser ensinados aos poucos, na medida do aprendizado de cada um, numa longa convivência, com a doação ou troca à alguém em quem se aprende a confiar.

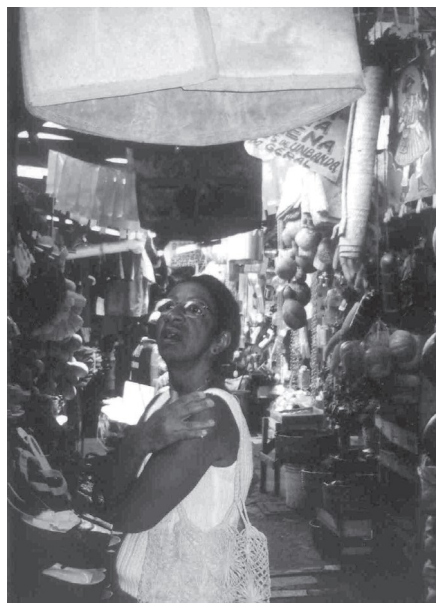
Thais de Bhathumchinda Portela é arquiteta-urbanista, recém-doutora (IPPUR/UFRJ) e atualmente professora na FAUFBA.

Fotos: Thais de Bhathumchinda Portela (Feira de São Joaquim)









Notas

¹ Grafamos o nome dessa maneira para demarcar a diferença entre o fluxo religioso e o fluxo da cultura popular vendida no mercado como o axé baiano.

² O fluxo aqui é entendido como ação criativa entre sujeitos (coletivos e individuais), entre sujeitos e objetos, entre objetos. Essa ação é um encontro que faz passar, que movimenta: informação, dinheiro, prana, àsé, alimentos, baratas, corpos, sinais de tv, vento...de uma coisa para outra. Entre outros tantos existem os fluxos materiais(criadores de objetos) e os semióticos(criadores de sentido) e esses "precedem" os sujeitos e objetos (precedem entre aspas porque é como a história do ovo e da galinha: quem veio primeiro?). Para o artigo reduzimos a esses fluxos o que entendemos como cultura.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARYBÉ. *As Sete Portas da Bahia*. Rio de Janeiro: Record, 1976.

CREA-BA. Feira de São Joaquim. Proposta de tombamento após 4 décadas de tradição http://www.creanet.org.br/revista/Edicao_08/feira_sao_joaquim.asp, em 2007.

BRANDÃO, Leidiane. Feira de São Joaquim luta pelo tombamento. Salvador: Site da Agência de Notícias da Faculdade da Cidade, em 4/22/2007.

MEIRELES, Edilson de Palma. *A Bahia que Eu Conheci*. Salvador, 1973.

RIOS, Terezinha, LIMA, Maria de Fátima. *A Feira de São Joaquim*. Salvador: Secretaria Municipal de Abastecimento, 1989.

SALVADOR: Prefeitura Municipal. Comissão Executiva do Programa de Valorização da Área da Enseada de São Joaquim – Programa de Valorização da Área da Enseada de São Joaquim. Salvador: Prefeitura Municipal, 1994.

SANTOS, Milton. Elogio da lenticidade. Revista MAIS! Seção: + BRASIL 501 D.C., 11/03/2001.

SANTOS, Milton. Entrevista. São Paulo: Revista *Caros Amigos*, nº 17, agosto de 1998.

SANTOS, M. Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.